



# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT, BRASIL

Davi de Lima Bezerra <sup>1</sup>

## RESUMO

A ocupação e produção do espaço que ocorreu no norte da Amazônia mato-grossense esteve relacionado ao modelo de ocupação e produção do espaço que ocorreu na região amazônica. Destaca-se nessas ações os agentes de produção, sendo o Estado e capital privado, sujeitos da ação, que por meio de suas ações, evidenciaram suas pretensões políticas e econômicas para o que pretendiam da região e os sujeitos sociais, sempre presentes no processo de produção do espaço, buscando consolidar suas formas de organização/vida e reexistência. Alta Floresta – MT, localizada na região norte do estado de Mato Grosso, não foge a essa realidade, tendo origem em um projeto de colonização privada durante a década de 70, o local surgiu com objetivos programados, sendo um o desenvolvimento na região da Agricultura de Base Familiar, atividade que sempre esteve presente no município e que disputou espaço com outras atividades econômicas. No contexto das políticas públicas, a agricultura de base familiar passou a ser assistida e contemplada a partir de ações direcionadas para essas, tais políticas em momentos tiveram incidência sobre os agricultores, fortalecendo assim suas bases produtivas e formas de organização e em outros momentos não contemplaram esses. O presente trabalho, teve como objetivo entender a organização socioespacial da agricultura familiar no município de Alta Floresta, bem como compreender como as políticas públicas tem beneficiado ou não os agricultores. O aporte metodológico fundamentou-se na pesquisa de caráter bibliográfico, fazendo uso do método de seleção, codificação e tabulação dos materiais selecionadas que contribuíram para pesquisa em tela.

**Palavras-chave:** Produção do espaço, Sujeitos sociais, Agricultura familiar, Políticas públicas.

## RESUMEN

La ocupación y producción de espacio que tuvo lugar en la Amazonía norte de Mato Grosso estuvo relacionada con el modelo de ocupación y producción de espacio que se dio en la región amazónica. En estas acciones se destacan los agentes de producción, con el Estado y el capital privado, sujetos de la acción, quienes, a través de sus acciones, evidenciaron sus pretensiones políticas y económicas por lo que pretendían para la región y los sujetos sociales, siempre presentes en la región. proceso de producción del espacio, buscando consolidar sus formas de organización / vida y reexistencia. Alta Floresta - MT, ubicada en la región norte del estado de Mato Grosso, no es una excepción a esta realidad, habiendo tenido su origen en un proyecto de colonización privada durante la década de los 70, el lugar planteó objetivos programados, siendo uno de ellos el desarrollo en la región de la Agricultura Familiar, actividad que siempre ha estado presente en la ciudad y que disputaba espacio con otras actividades económicas. En el contexto de las políticas públicas, la agricultura familiar comenzó a ser asistida y contemplada a partir de acciones dirigidas a estas, dichas políticas en ocasiones impactaron en

---

<sup>1</sup> Professor do ensino oficial da rede pública do Estado de Mato Grosso. Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará/UEPA e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT Campus de Cáceres/MT, davi.bezerra@unemat.br.



los agricultores, fortaleciendo así sus bases productivas y formas de organización y en otras ocasiones no. contemplar esos. Este estudio tuvo como objetivo comprender la organización socioespacial de la agricultura familiar en el municipio de Alta Floresta, así como comprender cómo las políticas públicas han beneficiado o no a los agricultores. El aporte metodológico se basó en la investigación bibliográfica, haciendo uso del método de selección, codificación y tabulación de materiales seleccionados que contribuyeron a la investigación en pantalla.

**Palabras clave:** Producción espacial, Sujetos sociales, Agricultura familiar, Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Os processos de ocupações e organizações do espaço amazônico, envolvem-se em temporalidades e dinâmicas diversas, a compreensão desses processos e suas dinâmicas, exigem uma abordagem espaço-temporal de suas totalidades, assim como dos diferentes agentes que participaram e ainda participam nessas realidades.

Na região norte da Amazônia mato-grossense o processo de ocupação e produção do espaço estiveram envolvidos em ações de agentes bem presentes a essa realidade, diga-se de passagem, o Estado, que por meio de suas políticas de ocupação, colonização e de integração territorial, evidenciou suas finalidades econômicas almejadas para o que pretendia da região. Assim como o Estado, o capital privado esteve presente no espaço atuando nos processos de colonização privadas, que sobretudo, foram realizados em parceria com o poder público.

Presentes também no processo de ocupação e produção do espaço na região amazônica, estiveram e estão os sujeitos/agentes sociais, esses que em momentos direcionados pelo Estado, com o objetivo de promover a ocupação do espaço e, por outros momentos seguindo a ocupação espontânea para a região. Esses agentes foram e são responsáveis pela produção e reprodução das relações sociais de produção do espaço no norte da Amazônia mato-grossense, bem como pelas conflitualidades e dinamicidades que são características dessa realidade.

O município de Alta Floresta, situado na depressão da Amazônia Meridional, localizado na região do norte mato-grossense, território do Portal da Amazônia, na microrregião de Alta Floresta, estando a uma distância aproximada de 788 km da capital do estado, ligada a BR-163 pela MT-208, (BONINI et al, 2013), surge desse emaranhado de relações que se deu na região amazônica. Tendo origem em um projeto de Colonização Privada, o município, foi primeiramente conhecido como a “Gleba da INDECO, (Empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização – INDECO), responsável pelo projeto” (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 209), passando posteriormente a ser chamada de Alta Floresta.



Desde sua organização como um projeto de colonização privada, até sua elevação a categoria de município em 18 de setembro de 1979, pela Lei estadual nº 4.157 (PASUCH, 2012), Alta Floresta esteve envolvida em diferentes atividades econômicas. Destaca-se entre elas a Agricultura de Base Familiar que como aborda (BONINI et al, 2013), esse modo de produção estaria nas atividades planejadas para a região.

Enfatiza-se no ensaio que apesar de ser umas das atividades pensadas para o projeto, a Agricultura de Base Familiar no contexto do município, esteve sempre em um processo de disputa de espaço para se firmar como um modo de produção efetivo e uma forma de possibilitar o desenvolvimento territorial local e a diversificação da cadeia produtiva, uma vez que essa encontra-se por vezes desassistidas pelo poder público e pressionada pelo capital privado a mudar sua base de produção/organização.

Nesse sentido, no presente ensaio buscou-se evidenciar como está organizada a agricultura de base familiar no município de Alta Floresta – MT, desde seu processo de colonização, até períodos mais recentes. Assim como evidenciar a incidência das políticas públicas sobre a Agricultura Familiar, buscando a compreensão dos benefícios que essas oportunizam aos agricultores quando da sua efetividade, assim como as carências e dificuldades quando os mesmos não são contemplados por essas.

Desta forma, a categoria utilizada no estudo é o espaço geográfico, compreendendo esse “como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2007, p. 26). Logo, sendo o espaço o *locus* da reprodução das relações sociais de produção e reprodução da sociedade, considerando que essa está em constante movimento, sendo produto do processo de produção e das materializações das relações de produção na sociedade (CARLOS, 2017). A Agricultura Familiar, nesse contexto, é compreendida de acordo com (FERNANDES, 2015, p. 384) “como um modo de produção e classe social.” Portanto, como reprodutoras das relações de produção e sua forma de vida na sociedade em que estão contidas.

Seguindo esse pensamento e com o intuito de analisar as políticas públicas no contexto da Agricultura Familiar, aborda-se a conceituação de políticas públicas de acordo com o que alude (FERNANDES, 2015, 383), são “programas, projetos ou planos de desenvolvimento elaborados pelo governo ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios.”

Portanto, compreende-se que tais políticas contribuem efetivamente para organização e fortalecimento da Agricultura Familiar, quando estas são pensadas e aplicadas diretamente com os agricultores. Porém, quando as mesmas são produzidas de cima para baixo, sem a



participação da sociedade organizadas, como alude (FERNANDES, 2015), essas tendem a deixar desassistidos esse modo de produção e classe social / Agricultores Familiares, ao mesmo tempo que criam barreiras para o desenvolvimento territorial local e diversificação da base produtiva da região.

O temário em tela possibilitou uma melhor compreensão do modo de organização socioespacial da agricultura familiar no município de Alta Floresta, bem como um debate sobre a importância das políticas públicas criadas com a participação da sociedade organizada e a consideração das diferentes realidades brasileiras.

O desenvolvimento do trabalho fundamentou-se na pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da leitura de trabalhos científicos já produzidos e publicados, bem como de materiais que se encontram disponíveis em sites, plataformas e demais meios viáveis para coleta das informações. Afim de organizar o material pesquisado, realizou-se a observação sistemática com base na “seleção, codificação e tabulação”, para que seja possível selecionar os materiais/trabalhos/documentos e demais fontes que abordem o temário estudado (LAKATOS e MARCONI, 2017, p. 166).

O debate em torno dessas questões possibilita entender o processo histórico no qual está envolvido não só os agricultores familiares e suas formas de organização/sobrevivência, mas compreender a própria dinâmica territorial do município de Alta Floresta, bem como propor um modelo de produção em conjunto, onde a pluriatividade seja a base para o desenvolvimento local, portanto territorial, em que haja uma agricultura fortalecida e integrada ao mercado local, que não seja vistos apenas como fornecedores de matéria-prima e produtos primários para a cidade, assim como em outros momentos já foram vistos, mas como uma base do mercado que fortifica/diversifica o desenvolvimento do mesmo.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento do trabalho fundamentou-se na pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da leitura de trabalhos científicos já produzidos e publicados, bem como de materiais que se encontram disponíveis em sites, plataformas e demais meios viáveis para coleta das informações.

Ressalta-se que a pesquisa bibliográfica aqui adotada, segue o que aborda (LAKATOS e MARCONI, 2017, p. 92): “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.”



Reforça ainda, que a pesquisa de caráter bibliográfica, considerando sua relevância supracitada, destaca-se, sobretudo, por ser crucial tanto para a pesquisa com ida a campo, como para que se realiza completamente fundamentada em bases documentais (LAKATOS e MARCONI, 2017).

Sendo assim, com o objetivo da organização do material pesquisado, realizou-se a observação sistemática dos materiais/documentos/trabalhos coletados durante a pesquisa, para tanto, utilizou-se dos métodos de “seleção, codificação e tabulação” de acordo com (LAKATOS e MARCONI, 2017, p. 166), onde a seleção dos mesmos, consistiu no exame detalhado dos materiais, com o intuito de organizar os dados de acordo com a pesquisa.

A codificação foi realizada para identificar os materiais que se relacionam e agrupá-los seguindo suas categorias/temáticas e relevância para o trabalho. Realizou-se a tabulação em modelo de agrupamento/seleção dos materiais pesquisados/encontrado e que apresentaram inter-relações e aplicações para a pesquisa em execução.

Dessa forma, além das fontes científicas, outrora já produzidas e publicadas, tais como: artigos, dissertações, teses e monografias sobre o referido tema, buscou-se também por notícias, documentos públicos no site da prefeitura, site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, sites de órgãos públicos locais, estaduais e nacionais, sites de jornais e afins, entre outras fontes que foram previamente analisadas, selecionadas e utilizadas de acordo com a relevância e contribuição para o estudo do temário em questão.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para o presente ensaio, afim de debater a temática e tela, abordar-se-á previamente sobre o conceito de espaço geográfico, com o intuito de elucidar a compreensão dessa categoria de análise geográfica, para posteriormente aludir sobre o conceito de políticas públicas e suas aplicações no âmbito da Agricultura Familiar, essa entendida “como um modo de produção e classe social” (FERNADES, 2015, p. 384).

No decorrer do tempo e nas linhas de discussões sobre o espaço geográfico, várias proposições surgiram atribuindo a esse diferentes formas de compreensão. De acordo com Corrêa (2007) e Carlos (2017), o espaço por muito tempo foi considerado por um viés quantitativo, levando em conta mais suas características naturais e seus aspectos geográficos físicos, seus fatores de localização, em casos a representação do substrato material geográfico, fato que não reduz sua importância, mas deixa a desejar na discussão desse como um produto social histórico.



Corrêa (2007), destaca que a partir de 1970, a corrente geográfica crítica, trouxe uma nova forma de abordagem ao espaço, onde essa passou a considerar o valor social do espaço, sua análise histórica e a abordagem dialética de sua discussão/produção, ou seja, a sociedade que está contida nesse espaço, ora condicionante, ora condicionada do/pelo mesmo, logo sendo produto e produtora do espaço, passou a ser crucial nos estudos da formação espacial.

De acordo com Corrêa (2007) “O espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2007, p. 26). Sendo o espaço o lugar onde ocorre as relações sociais de produção e onde essas relações vão se reproduzir produzindo assim o próprio espaço/sociedade, é preciso considerar que este processo, a formação espacial da sociedade, é um processo histórico e que os agentes sociais responsáveis por essa produção, agem de formas diferentes no movimento da sociedade capitalista (CARLOS, 2017).

Para Carlos (2017), ao pensar a produção do espaço faz-se necessário abordar/tratar quais são os sujeitos que produzem esse espaço, nesse viés, a autora aborda

[...] o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada [...]; os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação [...] (CARLOS, 2017, p. 64).

Seguindo o pensamento da autora, percebe-se que na ação desses sujeitos a sociedade vai se produzindo e reproduzindo de acordo com os modelos econômicos e as intencionalidades predominantes, uma vez que o Estado mesmo ao atender necessidades básicas dos grupos sociais, acaba por direcionar as ações que visam o grande capital, sobretudo, no contexto neoliberal. O grande capital tende a reproduzir e buscar sua ampliação na sociedade, visando cada vez mais o lucro e a massificação do seu modelo de produção.

Os sujeitos sociais buscam a reprodução da vida, logo o espaço para esses se torna o meio, ou seja, a base para que desenvolvam suas ações e busquem condições de viver e reexistir na sociedade capitalista. Como condição, entende-se que é partir do espaço que esses reproduzem suas formas de vida e fazem os enfrentamentos na atualidade do conflito. Como produto, pois na produção da vida, eles produzem e reproduzem o seu espaço/sociedade, suas formas de vida e organização, a reexistência aos modelos opressores e perversos e a sua ressignificação.

Logo, considerar a Agricultura de Base Familiar como um modo de produção e também como uma classe social, assim como propõe Fernandes (2015), é considerar esses como sujeitos



sociais que produzem e reproduzem o seu espaço na sociedade, assim como, fazendo uma proposição com o que alude Carlos (2017, p. 64), é possível evidenciar que esses têm o espaço como “condição, meio e produto de sua ação,” ou seja, da reprodução das relações sociais de produção, da sua forma de vida.

Nesse ínterim, cabe abordar o que trata Lei 11.326/2006, também conhecida como “Lei do Agricultor Familiar”, a mesma descreve o agricultor familiar como:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...]. (BRASIL, p. 1).

Considerar o que aborda a “Lei do Agricultor Familiar” é preciso, assim como entender que essa faz alusão a um modo de vida e organização social, mesmo que com as descrições técnicas da Lei, ao mesmo tempo que coloca o agricultor no debate socioespacial.

Porém, é preciso levar em conta, que a compreensão do agricultor familiar e sua forma de organização, vai mais além que a descrição/rotulação, pois exige entender como este se relaciona com a terra, como o trabalho por este realizado junto a sua família gera aos mesmos uma condição/concepção de liberdade individual e de conquista na sociedade, o agricultor não apenas como aquele que deve fornecer matéria-prima e produtos primários, mas como aquele que através do seu trabalho, possibilitará um avanço e diversificação nas formas de produção da economia local (ABRAMOVAY, 1999).

Assim como a Lei supracitada, as demais leis ou políticas, quando elaboradas e aplicadas tornam-se instrumentos/ações que possibilitam o avanço em um modo de organização, bem como da sociedade em que este está inserido. Ao tratar sobre políticas públicas, Fernandes (2015), reforça o seguinte

As palavras política pública podem ser compreendidas de acordo com as premissas selecionadas. Quando utilizamos a expressão política pública, estamos nos referindo a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios. (FERNANDES, 2015, p. 393)

Ainda de acordo com o autor, compreende-se que as políticas públicas são desenvolvidas e elaboradas em espaços determinados, podendo ser de iniciativa privada ou pública, cada uma defendendo modelos de desenvolvimento econômico específicos. Nesse viés,



ocorrem a elaboração e aplicação de “políticas públicas de cima para baixo”, segundo o autor, sem a participação da população, seguindo um plano setorial e para determinados grupos, assim como podem ocorrer a elaboração de “políticas de baixo para cima”, onde a participação da sociedade organizada é significativa (FERNANDES, 2015, p. 393).

Desta forma, pode-se abordar uma importante ação do Estado para o fortalecimento da agricultura camponesa/familiar, que foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de acordo com Fernandes (2015, p. 385), “a sua criação foi resultado da luta camponesa pela terra e por um modelo de desenvolvimento emancipatório, contra o estado de sujeição às políticas de interesse capitalistas.”

[...] no ano de 1999, por meio da medida provisória nº 1.911-12, o governo criou o Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, que mudou para Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA no dia 4 de janeiro de 2000 através do decreto nº 3.338 (FERNANDES, 2015, 385).

A criação do MDA, evidencia os pontos apresentados pelo referido autor, principalmente quando observado que as políticas públicas quando direcionadas e elaborada junto a sociedade organizada, tendem a possibilitar o avanço dessa. Outras ações podem ser observadas, tais como os programas governamentais que foram aplicados no que se trata a Agricultura Familiar, Silva (2012), descreve alguns deles

Atualmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a base de um conjunto de programas de apoio à produção familiar agrícola. Um deles é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), surgida em 2003, com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgido no interior do *Fome Zero* em 2003, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para doação a organizações de assistência social, merenda escolar ou formação de estoques (SILVA, 2021, p. 15).

Os programas citados acima, representam grande avanços para os agricultores, uma vez que não só reconhecem esses como um modo de produção efetivo e que precisa ser assistido por políticas públicas, mas também como uma classe social que se insere no processo econômico e contribuem ativamente na sociedade. Assim, torna-se cada vez mais importantes tais políticas/programas com a participação da sociedade para que de fato ocorra uma efetivação e desenvolvimento dos modelos de produções sociais, sem que grupos fiquem desassistidos do processo, cabe ressaltar e analisar a efetividade da incidência dessas políticas.



Sendo o Estado um sujeito da ação na produção do espaço, esse encontra-se imbricado de responsabilidade para com os sujeitos sociais que também produzem/agem na sociedade, saber até que ponto as ações do primeiro estão indo de encontro ao segundo grupo, exige uma análise da realidade social considerando seu movimento no tempo e no espaço no processo de produção das relações sociais de produção da mesma.

## ALTA FLORESTA E A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR: OS SUJEITOS PRODUTORES DO ESPAÇO

A compreensão da produção do espaço de Alta Floresta – MT, exige uma breve retomada dos processos de ocupações e produções do espaço que ocorreram na região. Todavia, é uma análise temporal e espacial para que se compreenda a totalidade das sociedades em movimento e dos sujeitos que estiveram em ação nessas realidades.

De acordo com Becker (2016, p. 25), “a partir do século XX, acelerou-se sobremaneira o avanço sobre a Amazônia, marcado pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território.”

Garantir o controle sobre o território amazônico, tornou-se uma questão de prioridade. Vários interesses estavam imbricados nesse objetivo, entre eles, assim como trata Becker (2016, p. 26), “as possibilidades de resoluções de tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste pela modernização da agricultura nestas regiões”, contando ainda, como alude Pasuch (2012, p. 32), com a tentativa de evitar “o desenvolvimento de focos revolucionários na região.” A ideia de integração da Amazônia ao restante do país tornou-se o discurso do governo, descrever esse espaço como um “vazio demográfico”, virou um lema para impulsionar um processo de devassamento amazônico (GONÇALVES, 2015).

Um conjunto de leis criadas de 1966 a 1977, formaram a conhecida “Operação Amazônia”, responsável por intensificar o fluxo populacional em direção a região Norte e Centro-Oeste, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo, colaboraram para que esse processo fosse ainda mais intenso (BONINI et al, 2013). Ressalta-se nesse período a criação do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), assim como do Programa de Integração Nacional (PIN), ações do Estado, que fomentaram a explosão demográfica e a expansão da fronteira agrícola na região Becker (2016).

O território da Amazônia mato-grossense passa por fortes transformações a partir da atuação do Estado sobre esse espaço. Becker (2016, p. 27), alude sobre a criação da “malha de



controle do território” produzida na região, ou seja, das “redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas e outras”, que passaram a fortificar a ocupação e controle do mesmo.

A criação das rodovias Transamazônica, ligando as regiões Nordeste ao Norte e da Cuiabá-Santarém (BR 163), ligando o Norte ao Centro-Oeste, apresentaram o caráter geopolítico da ocupação e colonização da região amazônica realizada pelo governo, que tinha mais uma finalidade econômica almejada por meio da integração territorial desse espaço.

Nessa trama de relações, surge o que descreve (Lefebvre, 1978, apud Becker, 2016, p. 26), “a produção do espaço pelo Estado”. Para esses autores:

Após a construção do território, fundamento concreto do estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis e hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação.

Essa organização do espaço, ou ocupação direcionada pelo Estado, ficou nítida na região norte do Mato Grosso. O governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, repassou a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A – CODEMAT, o direito de gerenciar a ocupação da Amazônia mato-grossense, isto priorizando os projetos de colonização privadas (OLIVAL, 2016), assim, se fortifica na região o elo entre “Governo e iniciativa privada”, onde a venda de terras devolutas, que já eram realizadas, se unem aos incentivos físicos liberados para fomentar as colonizações/ocupações do território seguindo o modelo descrito pelo Estado de “Colonização Dirigida” (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 211).

O município de Alta Floresta, localizado ao Norte de Mato Grosso, estando a uma distância aproximada de 788 km da capital do estado, ligada a BR-163 pela MT-208, surge desse emaranhado de relações que se deu na região amazônica. Tendo origem em um projeto de Colonização Privada, o município, foi primeiramente conhecido como a “Gleba da INDECO” (Empresa de Integração, Desenvolvimento e Colonização – INDECO, responsável pelo projeto) (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 209), teve o mesmo nome da empresa que foi responsável por sua ocupação, passando posteriormente a ser chamada de Alta Floresta.

Os primeiros colonos, atraídos pelas fortes propagandas feitas pela colonizadora e por seu proprietário Ariosto da Riva, chegaram à região em 1976, o forte *boom* que ocorreu na área de ocupação fez com que o aumento de habitantes fosse significativo e o projeto fosse amplamente divulgado como um sucesso de colonização. Alta Floresta foi elevado à categoria de município em 18 de setembro de 1979, através da Lei Estadual nº 4.157, (PASUCH, 2012),



motivo que gerou muito orgulho ao seu colonizador e intensificou ainda mais a divulgação política do projeto como modelo de colonização na região.

O grande contraste entre os “Assentamento Públicos” e a “Colonização Privada” (OLIVAL, 2016), ocorre pelo fato em que no primeiro a falta de apoio e incentivo por parte do governo, leva ao insucesso dos assentamentos, que acabam disputando também com os projetos de colonização privados. Nestes últimos, enfatizamos ainda, assim como descreve (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 213), “o colonizador escolhe o colono e passa a direcionar esse ao modelo da colonização que pretende”.

Fato que ficou perceptível na colonização de Alta Floresta, pois as propagandas foram realizadas na região Sul e Sudeste do país, mais precisamente no Norte do Paraná e logo se espalhou para outras áreas, trazendo vários colonos com práticas típicas de sua região, buscando terras férteis e que pudessem levá-los a independência econômica tanto desejada.

Os agricultores, estimulados pela colonizadora, iniciaram pela plantação de café, recebendo mudas a partir da construção de viveiros, porém, essa prática logo foi percebida como inadequada a região, devido a sua baixa rentabilidade na produção, e logo outras atividades foram postas, assim como a “plantação de arroz, feijão, milho, guaraná e cacau” (BONINI et al, 2013, p. 180).

A agricultura não gerou o retorno esperado pelos colonos devido a infraestrutura local. Com o surgimento do garimpo em 1978 na região, esses passaram a se entranhar nessa atividade, o que não era esperado pela colonizadora, uma vez que a prática ia de encontro com sua intenção da venda das terras. Longo, estimulado por Ariosto da Riva, os garimpeiros passaram a ter uma imagem negativa e ocorreram muitos conflitos na região, o que não parou com a atividade e gerou um grande crescimento do município de Alta Floresta (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 219).

Alta Floresta, agora como um importante polo regional devido ao crescimento provocado pela exploração do ouro, enfrenta um novo processo, o enfraquecimento da atividade de exploração mineral, uma parte pelo ouro que passa a se torna escasso na região e outra pela queda do preço internacional do mesmo (BONINI et al, 2013).

Nesse contexto o município passa por um reordenamento de suas atividades e como descreve (BONINI, 2013, p. 180), surge uma nova atividade econômica que vai estar entre as mais importantes da região, a “pecuária de corte e leite.” Os autores (BONINI et al, 2013, p. 180-181) reforçam que “Juntamente com a pecuária de corte e leite, a agricultura familiar e extração de madeira formaram a base da economia local”.

Os recursos adquiridos com o garimpo foram utilizados pelos colonos diretamente



nessas atividades, esses que participaram dessa ação organizando a nova atividade econômica da cidade. (TAFNER JUNIOR e SILVA, 2016, p. 219) descrevem, que “já no ano de 1999, a pecuária já representava a maior produtividade do município.”

Esse processo, o crescimento da atividade pecuária na região, pode ser explicado também pelo forte incentivo do governo voltado a essa prática, pois como trata (OLIVAL, 2016, p. 94) “[...] A partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, iniciaram-se os financiamentos para a compra de gado em toda a região [...]”, essas linhas de crédito do governo eram específicas para a compra de gado, logo, percebe-se mais uma vez, a presença do governo direcionando suas ações para o que pretende da região.

A colonização da área que veio a se tornar o município de Alta Floresta, surge com objetivos programados para o local, assim como alude (BONINI, 2013, p. 180):

O loteamento foi feito de forma a contemplar o estabelecimento de três categorias de empreendimentos rurais: exploração agrícola – regime de agricultura familiar; exploração agrícola – regime empresarial (pequenos e médios empreendimentos); exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte.

O município de Alta Floresta passou por várias atividades econômicas que fogem muito de sua “idealização”, porém não perde em seu contexto o modo de produção, para o qual, seu “projeto inicial estava voltado: a agricultura” (PASUCH, 2012, p. 34).

Os agricultores, sempre presentes no município, passam a disputar espaço de reexistência com outros agentes e práticas econômicas. O Município cresce e segundo o censo realizado em 2000, Alta Floresta passa a ter 46.982 habitantes, sendo 37.287 (79,3%) da zona urbana.

Já no censo realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, Alta Floresta passa ter 49.164 habitantes, estando estes predominantemente na área urbana. Outras atividades econômicas surgiram e tiveram destaque, assim como descreve (BONINI et al, 2013, p. 181), “[...] a industrialização, fortalecida pela implantação de laticínios, frigoríficos e de uma cooperativa de produção de polpa de frutas [...]”

A diversificação do setor de produção e logo do comércio em Alta Floresta é perceptível, sua expansão, traz consigo novas práticas, porém, enfatizamos, assim como abordam (CASTRO et al. 2008, apud BONINI et al. 2013, p. 181) “[...] atualmente, cerca de 60% do território municipal é constituído por pequenas propriedades rurais, evidenciando a importância da agricultura familiar para o município.”



A Agricultura Familiar tem uma grande participação e presença na região Norte do Mato Grosso, algumas políticas do governo contemplam esse modo de produção/organização e em alguns casos essas ficam desassistidas pelas mesmas. O êxodo rural, em muitos momentos tem enfraquecido essas atividades, e o agricultor passa a buscar alternativas de sobrevivências na cidade, fato que em muitas das vezes, só gera uma situação de sub-existência do agricultor (OLIVAL, 2005 e 2016).

Em Alta Floresta essa ação se repete, assim como em outras partes do território brasileiro. Fator que pode estar associado a uma economia baseada em formas de produção que se predem a composições setoriais limitadas e que impossibilitam a diversidade regional e local, bem como as interações entre os diferentes modelos de produção (ABRAMOVAY, 1999).

Para o autor supracitado, a valorização, diversificação e desenvolvimento da agricultura e seus modos de produção, se dará por uma “dinâmica territorial específica”. Ainda de acordo com o mesmo, “A exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.” (ABRAMOVAY, 1999, p. 2).

Seguindo o autor, compreende-se que a dinâmica territorial abordada, leva em consideração que o desenvolvimento rural é um fator decisivo para o desenvolvimento econômico, logo será preciso superar o paradigma entre campo-cidade, onde o campo é apenas um fornecedor de matéria-prima e produtos primários e olhar para esse como um vetor de desenvolvimento e possibilidade de diversificação das atividades socioeconômicas (ABRAMOVAY, 1999).

Esse processo exige a compreensão das realidades locais e aplicação de políticas públicas que vão de encontro aos agricultores, não considerando apenas a expansão das atividades agropecuárias, mas possibilitando a criação de um conjunto variado de produção agrícola, que considere o pequeno agricultor e que possibilite a esses emancipação econômica e social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No processo de ordenamento e pretensões de desenvolvimento do território brasileiro, as ações e políticas direcionadas concentravam-se mais em interesses econômicos e que por vezes deixou desassistidas outras áreas também importantes para tal. Políticas e ações que podem ser entendidas como setoriais, que limitam a diversidade produtiva e o conjunto de potencialidades territoriais locais para o desenvolvimento.



A Agricultura de Base Familiar, até a segunda metade do século XX, ficou desassistida pelas políticas públicas, enquanto essas estavam direcionadas a um modelo agrícola de “modernização” da agropecuária, almejando cada vez mais nas suas formas intensiva e extensiva, ou voltadas para modelos de extração mineral e florestal.

No cenário amazônico, essas ações não foram diferentes, principalmente quando analisados em tempos e espaços específicos, caso de Alta Floresta – MT, onde podemos retomar o que apresenta Olival (2016), o PRONAF, contemplou o financiamento de gado a partir de 1996 em toda a região, porém a linha de crédito ficou direcionada só a essa atividade, ficando os agricultores familiares em casos desassistidos pelo programa.

Já o PAA gerido pela Conab, contemplou certo número de agricultores e até possibilitou um aumento da renda dos mesmos, assim como influenciou na diversificação da produção, uma vez que o agricultor buscou alcançar mais o beneficiamento. Nesse seguimento é possível abordar também o PNAE, estabelecido pela Lei Federal nº 11.947/2009, esse programa estabelece que 30% do recurso direcionado a compra de merenda escolar devem ser utilizados para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

De acordo com o estudo de (RODRIGUES, 2017), percebe-se que o programa tem beneficiado diretamente muitos agricultores no município, que além de gerar renda para os mesmos, tem possibilitado a diversificação das bases produtivas e estimulado a economia local, assim como gerado fortalecimento da Agricultura Familiar na região.

Tanto no caso do PAA, como PNAE, os resultados positivos, quando da incidência desses sobre os agricultores de base familiar ficam nítidos, como também, nota-se que muitos agricultores não são contemplados, pois ou não possuem os documentos para tal, ou não consegue esclarecimentos e/ou organizar os documentos uma vez que os processos burocráticos dificultam e tornam cansativo a busca pelo beneficiamento, assim com existe uma necessidade de regularização das propriedades e/ou a necessidade de diversificar suas bases produtivas para se encaixar na ação (OLIVAL, 2016; RODRIGUES, 2017).

De acordo com Olival (2016), sobre as dificuldades na contemplação nas políticas:

A pesquisa realizada pelo Instituto Ouro Verde demonstrou que cerca de 50% dos agricultores familiares da região do Portal da Amazônia não possuem a documentação básica para acessar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Esse problema é devido basicamente à falta de regularização fundiária (ocupação ilegal de lotes) ou falta de informação sobre os documentos necessários (OLIVAL, 2016, p. 102).

Percebe-se que a incidência das políticas públicas sobre a Agricultura Familiar no município de Alta Floresta, ocorreu de forma diferenciadas, que estas quando aplicadas geram



resultados positivos e garantem a organização e emancipação dos agricultores, porém, em muitos casos essas geram dívidas que deixam os agricultores em situações vulneráveis, assim como já apresentou (OLIVAL, 2016; RODRIGUES, 2017).

De acordo com Olival (2005), Alta Floresta, em outros momentos chegou a receber mais repasses das políticas públicas que outros municípios que fazem parte da região. Esse processo influencia diretamente na forma de organização dos agricultores de base familiar, bem como possibilita entender a integração desses com a dinâmica territorial local e seu fortalecimento como categoria social produtiva.

Percebe-se ainda, que o fortalecimento e emancipação da agricultura familiar, baseado em sua organização socioespacial, que surge a partir da estruturação da sua base produtiva e de sobrevivência, solidificam-se a partir da incidência das políticas públicas e, sobretudo, da sua forma compartilhada de ação.

(OLIVAL, 2016; RODRIGUES, 2017, OLIVAL et al, 2018), descrevem que a organização dos agricultores em cooperação, seja dos sistemas produtivos, seja dos repasses posteriores de produtos, tem não só fortalecido a agricultura familiar, como também diversificado sua base produtiva, fatos que evidenciam a grande necessidade de políticas públicas cada vez mais abrangentes e direcionadas, bem como um repensar sobre a Agricultura de Base Familiar como uma base de diversificação da cadeia produtiva local e fortalecimento da dinâmica dos lugares.

Compreender essas questões possibilita entender o processo histórico no qual está envolvido não só os agricultores familiares e suas formas de organização/sobrevivência, mas compreender a própria dinâmica territorial do município de Alta Floresta, bem como propor um modelo de produção em conjunto, onde a pluriatividade seja a base para o desenvolvimento local, portanto territorial, em que haja uma agricultura fortalecida e integrada ao mercado local, que não seja vistos apenas como fornecedores de matéria-prima e produtos primários para a cidade, assim como em outros momentos já foram vistos, mas como uma base do mercado que fortifica/diversifica o desenvolvimento do mesmo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de produção do espaço na região amazônica, mais precisamente no norte da Amazônia mato-grossense desenrolaram-se por meio das ações de vários agentes da ação da produção e reprodução desse espaço. O Estado esteve presente com suas políticas e interesse em controle territorial e finalidades econômicas para a região. O capital privado buscando a



ampliação e massificação de seus modelos de produção, estiveram sempre influenciando e, diga-se de passagem, agindo junto ao Estado para adentrar cada vez mais no território expandindo assim a fronteira agrícola e a ocupação direcionada do mesmo (BECKER, 2001; 2016).

Além desses agentes, é crucial evidenciar os sujeitos/agentes sociais, grupos sociais que sempre estiveram presente na organização/produção do espaço, reproduzindo a partir das relações sociais, sua forma de vida, sua organização. No espaço de Alta Floresta, esses agentes estiveram sempre presentes, desde o direcionamento para a área do projeto de colonização privada, ação entre Estado e poder privado, até a consolidação das práticas do sujeitos sociais que para essa região se direcionaram e consolidaram-se.

Os Agricultores Familiares foram um desses grupos, estando localizados nessa região, os mesmos tem resistido as formas de massificação do modelo de produção capitalista, bem como em momentos, a falta de assistência do poder público. As políticas públicas realizadas com maior ênfase a partir da segunda metade do século XX, deram suporte aos agricultores, assim como reconheceram estes como um modelo de produção e classe social efetiva, mas em outros casos, esses permaneceram desassistidos pelas dificuldades de acesso a essas ou seu direcionamento setorizado.

Quando da incidência das políticas públicas efetivas e com participação da sociedade organizada, no caso dos agricultores e suas representações, essa possibilitam o desenvolvimento da base produtiva desses, geram renda e assistência técnica ao seu modelo de produção, inserem esse na economia local e diversificam a cadeia produtiva local, o que possibilita o desenvolvimento territorial do campo e diversificação da economia local (ABRAMOVAY, 1999).

Como fica exposto no debate, a falta de políticas públicas e/ou a dificuldade de acesso a essas por parte dos agricultores, seja por questões documentais relacionadas a posse da terra, a diversificação da base produtiva relacionada a região e o direcionamento setorizado a modelos únicos de produção, geram não só a dificuldade de manter suas formas de vida, mas também de relacionarem suas atividades a economia local, impossibilitando o avanço das suas ações, que logo vai resindir na sua forma de organização/vida (OLIVAL, 2005; 2016; RODRIGUES, 2017; OLIVAL et al, 2018).

A luta por políticas públicas efetivas e que possam ser pensadas de baixo para cima, ou seja, com a participação da sociedade organizada, assim como propõe Fernandes (2015), ainda continua a ser um grande desafio e que cabe não só a sociedade/grupos sociais, mas aos representantes políticos reconhecerem essa necessidade. O desenvolvimento territorial com



uma base produtiva diversificada faz-se necessário, sobretudo diante da sociedade capitalista atual, não só por um grupo, mas considerando que essa será a base para o avanço de modelos de produções democráticas e efetivas, logo da totalidade em movimento socioespacial.

Compreender os agricultores de base familiar como um modo de produção e classe social, assim como agentes que produzem e reproduzem seu espaço e nesses sua forma de vida, é crucial. Assim como perceber como as políticas públicas tem possibilitado a esses manter suas formas de vida e organização, fortalecer sua base produtiva e integrarem a economia local de forma efetiva. Muitos estudos estão ocorrendo na área, assim como alguns apresentados aqui, outros estão/ou já foram produzidos, mas em tempos de neoliberalismo e crise econômica e sanitária, repensar a organização dos grupos sociais / sujeitos da ação da produção da sociedade é de extrema relevância.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n. 1, jan/dez, 1998 e jan/ago, 1999.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**. nº 12, 2001, p. 135-159.

BONINI, I.; PESSOA, M. J. G.; SEABRA JUNIOR, S. Faces da produção agrícola na Amazônia mato-grossense: tipos de exploração, origem dos agricultores e impactos na conservação ambiental em Alta Floresta (MT). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, jun. 2013, p. 173-190.

BASIL. Lei nº 11.326, de 4 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/sdleg\\_getter/documento?dm=4080268&disposition=inline](https://legis.senado.leg.br/sdleg_getter/documento?dm=4080268&disposition=inline). Acesso em: 10/2021

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53 – 73.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave na geografia. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, ed. 10, 2007, p. 15-47.



FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 381-400.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia e Amazônias**. Contexto, São Paulo, ed. 3, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) > acesso em 20 de Junho de 2021.

IBGE. Panorama da cidade de Alta Floresta/MT. Disponível em < [www.ibge/cidades.gov.br](http://www.ibge/cidades.gov.br) > acesso em 20 de Junho de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. Atlas, São Paulo, ed. 8, 2017. (Atualização de João Bosco Medeiros).

OLIVAL, Alexandre de Azevedo. **Estudo Propositivo**: território Portal da Amazônia. Fundação Cândido Rondon/MDA, 2005.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo. A resiliência em assentamentos rurais: uma experiência na região norte do Mato Grosso. **SustDeb**, v. 7, n. 2, 2016, p. 90 – 103.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo; SPEXOTO, Andrezza Alves; WEIHS, Marla; BORTELS, Wendy-Lin. Centro de Pesquisa em Agrofloresta: construção compartilhada de conhecimento e práticas no Portal da Amazônia. **Agroecologia**, v. 1, n. 13, 2018, p. 71 – 79. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/385681> : Acesso em 20 de Junho de 2021.

PASUCH, Marcia Cristina Machado. **A pedagogia política dos Guardiões da Cidadania**. EdUFMT, Cuiabá, 2012.

RODRIGUES, José Alessandro. **Alimentação escolar e sustentabilidade da agricultura familiar na microrregião de Alta Floresta**. Dissertação de Mestrado em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos. Alta Floresta: UNEMAT/PPGBIOAGRO, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: uma análise dos impactos do socioeconômicos do PRONAF no território Médio Jequitinhonha – MG. **Texto para discussão – IPEA**, Brasília, 2012.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011, p. 126 – 144.

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, 2004, p. 88 – 125.

TAFNER JUNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 13, 2016, p. 205 – 232.